



# Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

# Conjuntura FEE

ANO 22 Nº 07  
Julho de 2013

## Mudanças na política do FED, incertezas globais

Em maio, uma nota técnica divulgada pelo presidente do Federal Reserve (FED, Banco Central dos EUA), Ben Bernanke, causou alvoroço nos mercados financeiros internacionais. Na nota, ele afirmou que o FED está próximo de reduzir a intensidade de suas compras de títulos, parte dos pacotes de salvamento utilizados pelo Governo norte-americano após a crise financeira de 2007-08, porém sem data definida para tal redução. Quanto às taxas de juros, manter-se-ão próximas a zero, enquanto a taxa de desemprego se mantiver acima de 6,5%. Foi o suficiente para uma “fuga para qualidade” de somas vultosas de dólares, que migraram novamente para os EUA e ampliaram o processo de valorização de sua moeda perante as demais, fenômeno que já ocorria neste ano, porém em ritmo mais lento.

Tal compra de títulos, conhecida como Quantitative Easing, chegou a um montante atual de US\$ 85 bilhões ao mês. Foi a medida mais amplamente utilizada desde o início da crise, e representa uma ação não convencional do FED, que passou a comprar, no mercado secundário, uma miríade de títulos privados, incluindo ativos lastreados por hipotecas — os quais hoje representam cerca de 25% dos títulos negociados no mercado secundário, foco inicial da crise financeira.

As principais motivações do FED eram a manutenção do valor patrimonial dos títulos privados e a reativação do mercado de crédito. Pode-se dizer que a primeira missão obteve sucesso, tendo como provas a recuperação do Índice Dow Jones e a interrupção do processo de queda do valor dos imóveis. Já a segunda tem resultados mais controversos. O FED levou a cabo uma política de compras robusta, que resultou em um aumento de seu passivo com o Tesouro dos EUA, de US\$ 839 bilhões antes da crise para mais de US\$ 3,4 trilhões. Porém, os resultados em termos de ativação de crédito foram modestos, uma vez que grande parte dos recursos injetados a partir da compra de títulos pelo FED acabou retida pelos bancos privados, na forma de reservas não requeridas. As empresas não financeiras, setor que apresentou maior retomada na retirada de crédito, utilizaram parte expressiva desses recursos — mais de US\$ 4 trilhões desde a crise — em investimento externo direto (IED), o que desvalorizou a moeda norte-americana. Em 2013, vê-se um movimento contrário, de redução de IED e recuperação do dólar.

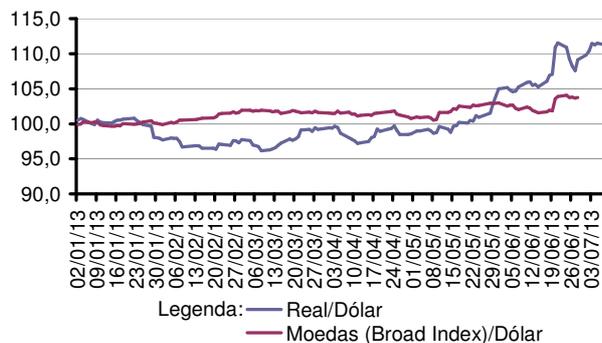
Esse processo abre margem para especulações com diferenciais de taxa de câmbio e juros, e, sem surpresas, as moedas de países emergentes foram as mais afetadas pelo *overshooting*. As taxas de juros futuras desses países mostram-se pressionadas, principalmente as das nações que necessitam de *hot money* para equilibrar as suas contas externas e aquelas com maiores déficits em transações correntes como proporção do PIB.

Inicialmente, o Brasil foi um dos países que tiveram a moeda mais desvalorizada. Porém, dados o grande volume de nossas reservas internacionais e a relação déficit em transações correntes como proporção do PIB menor do que a maioria dos países emergentes, não parece ser candidato forte a um ataque especulativo e crise cambial no presente momento. Mas tal mudança no fluxo de recursos poderá amplificar a intensidade de mudanças já posta em curso na política monetária.

A nossa moeda apresentou um padrão de desvalorização frente ao dólar maior do que a dos demais emergentes, o que culminou na retirada do IOF para todo o tipo de aplicações de estrangeiros. A medida havia sido posta em prática, em 2011, para funcionar como um “filtro” para o capital volátil, que, devido aos grandes diferenciais de juros pagos no Brasil, combinados com nossa livre mobilidade de capitais, fizeram com que o País se tornasse um grande centro de valorização financeira internacional durante a maior parte da última década — e ajuda a explicar a sobrevalorização do real verificada durante esses anos. Segundo o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, tais medidas eram pontuais, pois, na época, uma enxurrada de dólares migrava para mercados emergentes, o “tsunami” monetário causado pelo Quantitative Easing. Tal fala denota que a velha lógica deve voltar a ocorrer.

A depreciação cambial deverá impactar também as próximas decisões do Copom, em uma intensidade que irá depender dos movimentos do real frente ao dólar. É certo que haverá um cuidado para que a depreciação cambial não acelere o nível de preços internos. Devido ao momento político delicado por que passa o Governo a quase um ano das eleições, o excesso de zelo deve prevalecer no controle da inflação.

Relação real/dólar e cesta de moedas/dólar — jan.-jun./13



FONTE: FED e Bacen.

NOTA: Os dados têm como base jan./13 = 100.

Augusto Pinho de Bem  
Economista, Pesquisador da FEE

## A crise internacional e o destino das exportações gaúchas

A crise econômica internacional, que eclodiu no final de 2008 e cujos reflexos se fazem sentir até hoje, repercutiu mais fortemente, no comércio mundial de mercadorias, no ano de 2009. Em dólares correntes, a queda do valor das exportações mundiais entre esses dois anos foi de 22%. A tabela abaixo traz a participação percentual de blocos econômicos selecionados nas exportações gaúchas, entre 2005 e 2008 e entre 2009 e 2012, ou seja, os quatro anos anteriores e os quatro posteriores à eclosão da crise. Para esses cálculos, foram considerados valores constantes — dólares de 2012.

Observando-se os dois subperíodos apresentados na tabela, destaca-se a inversão na representatividade dos blocos liderados pela China e pelos EUA nas vendas externas do RS. Enquanto o primeiro eleva sua participação de 10,12% para 18,26%, a do NAFTA cai de 16,11% para 9,72%. Ainda que envolvendo valores bem menores, observa-se, entre a Liga Árabe e a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), um comportamento semelhante aos dos dois blocos citados anteriormente: enquanto a Liga Árabe elevou sua representatividade nas vendas externas do RS de 5,36% para 7,14%, a CEI a reduziu de 5,41% para 3,19%. Os demais blocos econômicos apresentaram pequenas variações, para cima, de suas participações nas exportações do Estado. O conjunto desses mercados, por sua vez, aumentou sua representatividade entre 2005 e 2008 e 2009 e 2012: de 83,21% para 85,89%.

Cada um desses blocos compra, numa maior proporção, determinados produtos do RS: por exemplo, considerando o subperíodo 2005-08, vê-se que a China importou, **principalmente**, soja em grão; a União Europeia, tabaco e calçados; o Mercosul e o restante da América Latina, produtos da indústria metal-mecânica (máquinas agrícolas e veículos e suas partes); o NAFTA, calçados e tabaco; a Liga Árabe, carne de frango; a África Subsaariana, arroz e tratores; e a CEI, carne suína.

A redução nas participações do NAFTA e da CEI esteve atrelada a diversos fatores. No caso do NAFTA, eles refletiram no comércio de vários produtos, enquanto, no caso da CEI, basicamente no de um só, o da carne suína, que teve redução de vendas, não só pela crise nos países da região, como também pelo embargo russo, imposto em

meados de 2011. Já nas exportações para o NAFTA, chama atenção a continuidade na queda das vendas de calçados: a preços de 2012, as exportações de calçados para esse bloco econômico caíram de US\$ 877 milhões em 2005 para US\$ 74 milhões em 2012.

Por outro lado, à exceção do Mercosul e do restante da América do Sul — concentrados na aquisição de bens da indústria metal-mecânica —, todos os demais blocos que tiveram acréscimos de participação nas exportações do Estado o fizeram, fundamentalmente, pelo crescimento na compra de produtos agropecuários. Entre 2009 e 2012, de tudo que a China comprou do Estado, 58% foi em grãos de soja. A participação de farelo de soja e tabaco nas compras da União Europeia foi de 43%. Já, do que a Liga Árabe e a África Subsaariana importaram, respectivamente, 52% foi carne de aves e 30% foi gasto com arroz.

Dessa forma, analisando-se as exportações gaúchas, antes e depois da crise do final de 2008, pode-se perceber um redirecionamento das vendas para a Ásia e para a África, com significativa preponderância de produtos intensivos em recursos naturais (soja, carne de frango, tabaco e arroz). Aconteceu o que seria de se esperar: dada a sua baixa elasticidade-renda da demanda nos países desenvolvidos, essas *commodities* possuem a vantagem de resistir melhor a crises internacionais. Por outro lado, a urbanização e o crescimento da renda em regiões menos desenvolvidas, como a China e a África, acentua a demanda por alimentos.

Embora agregando pouco valor ao produto, a expansão da atividade agrícola tem gerado estímulos importantes em outros setores, como o de biotecnologia e o de máquinas de precisão. Dado que, no RS, a fronteira agrícola está esgotada, a continuidade das exportações depende, em boa medida, da evolução tecnológica em toda a cadeia agroindustrial, inclusive na capacidade de armazenagem de recursos hídricos, tão necessária nos frequentes períodos de estiagem verificados no Estado. Ademais, o desenvolvimento da cadeia como um todo não só garante a oferta de produtos agropecuários ao resto do mundo, como também facilita a venda de outros bens. Destaca-se aqui a venda de máquinas e implementos agrícolas para a África, região onde a agricultura comercial está em expansão.

Participação percentual de blocos econômicos selecionados nas exportações do Rio Grande do Sul — 2005-08 e 2009-12

| BLOCOS   | 2005-08      | 2009-12      |
|--|--------------|--------------|
| China, Hong Kong e Macau .....                             | 10,12        | 18,26        |
| União Europeia (UE) .....                                  | 19,28        | 19,32        |
| Mercado Comum do Sul (Mercosul) .....                      | 14,58        | 15,25        |
| América do Sul (exclusive Mercosul) .....                  | 7,99         | 8,22         |
| Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) ..... | 16,11        | 9,72         |
| Liga Árabe .....   | 5,36         | 7,14         |
| África Subsaariana (1) .....                               | 4,37         | 4,79         |
| Comunidade dos Estados Independentes (CEI) .....           | 5,41         | 3,19         |
| <b>Total</b> .....   | <b>83,21</b> | <b>85,89</b> |

FONTES DOS DADOS BRUTOS: MDIC. AliceWeb2.

NOTA: Não foram incluídos os valores das "exportações" da plataforma marítima P-53 para os EUA em 2008 (US\$ 862 milhões) e de energia elétrica para a Argentina em 2009 (US\$ 1,1 bilhão), porque, embora realizadas dentro do marco legal, tais operações não se constituíram, de fato, em exportações do Estado (ver Garcia, **Indicadores Econômicos FEE** v.36, n.4 e v.37, n. 4).

(1) Exclui os valores das exportações para Djibuti, Ilhas Comores, Somália e Sudão, incluídos na Liga Árabe.

**Álvaro Antônio Garcia**  
Economista, Técnico da FEE

## Emprego doméstico: igualdade de direitos trabalhistas

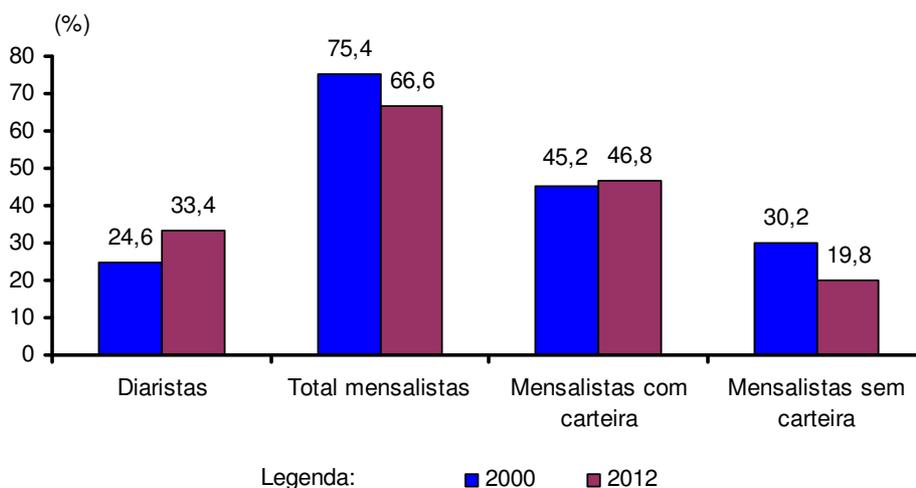
O emprego doméstico é aquele relacionado à prestação de serviços gerais no âmbito de um domicílio privado. Desde a sua origem, em tempos remotos, sempre foi um trabalho pouco valorizado, exercido predominantemente por mulheres, como uma atividade histórica e culturalmente ligada às habilidades consideradas femininas. Além da execução de serviços gerais, abrange categorias como as de cozinheiros, governantas, babás, lavadeiras, passadeiras, vigias, motoristas, jardineiros, acompanhantes de idosos, caseiros, dentre outras. Dado o seu caráter não econômico, sem finalidade lucrativa, na medida em que o empregador vem representado por uma pessoa física e não jurídica, tal profissão vinha sendo regulada por legislação específica e mais restrita, quando comparada com os direitos trabalhistas de outras profissões. Portanto, a Proposta de Emenda à Constituição, conhecida como a PEC das domésticas, que prestam serviços de natureza contínua, aprovada pelo Senado em 26 de março de 2013, representa a conquista de direitos para essa categoria profissional, igualando seus direitos aos dos demais trabalhadores.

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), em 2012, do total de ocupados na Região (1.771 mil trabalhadores), 95 mil eram empregados domésticos. Esse é o único setor de atividade em que os homens não são maioria, sendo que 96,8% de seus postos de trabalho estão ocupados por mulheres. Do total de mulheres trabalhadoras, 11,4% estavam ocupadas nos serviços domésticos, enquanto, em 2000, representavam 16,8% do emprego feminino. O perfil dessas trabalhadoras, em 2012, era o de mulheres adultas com 40 anos e mais (71,6%), menos escolarizadas, pois a maioria das empregadas domésticas não chegou a concluir o ensino fundamental (54,3%, face aos 36,5% da População em Idade Ativa (PIA) feminina — população com 10 anos e mais de idade) e com considerável presença de mulheres

negras (23,8%, enquanto representam apenas 13,0% da PIA feminina). Entre as empregadas domésticas, 66,6% eram mensalistas em 2012 e apenas 46,8% eram mensalistas com carteira de trabalho assinada. Entre 2000 e 2012, houve aumento na proporção das diaristas (de 24,6% para 33,4%) e redução das mensalistas (de 75,4% para 66,6%). Considerando-se apenas as domésticas mensalistas, observa-se aumento da proteção social, uma vez que a parcela com carteira assinada passou de 60,0% para 70,2% no mesmo período. Cabe destacar ainda que apenas 58,0% do total das trabalhadoras nos serviços domésticos eram contribuintes da Previdência Social em 2012, o que engloba as mensalistas com carteira assinada e as demais trabalhadoras que contribuem para ter direito a esse benefício.

Nesse contexto, de elevada informalidade do emprego doméstico na categoria mensalista, por um lado, e de crescimento da diarista, por outro, percebe-se a fragilidade desses trabalhadores, uma vez que grande parte deles está desprovida de qualquer tipo de proteção social. A nova legislação, sem dúvida, é necessária na proteção e na igualdade dos direitos desses trabalhadores, o que vem em sintonia com os objetivos do Trabalho Decente, concebidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além do mais, a redução do emprego doméstico no período em análise pode estar associada ao comportamento mais favorável do mercado de trabalho a partir de 2000, com o aumento do emprego com carteira assinada no setor privado. Cabe ainda acompanhar o impacto da nova legislação sobre os serviços domésticos, seja quanto à legalização dos vínculos empregatícios, seja quanto à evolução do contingente empregado, uma vez que as famílias empregadoras nem sempre poderão ter condições de arcar com os custos adicionais da nova legislação, o que tenderá a acentuar a migração da categoria de mensalistas para diaristas.

Distribuição do emprego doméstico feminino, segundo a posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000 e 2012



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

**Norma Herminia Kreling**  
Socióloga, Pesquisadora da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — dez./12-maio./13

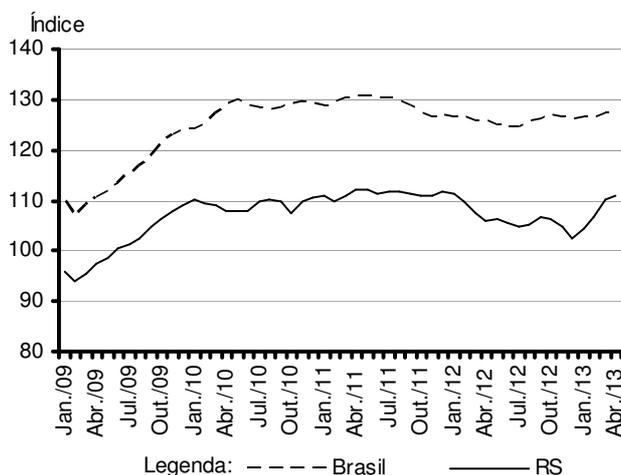
| MESES   | IPCA   |        |                       | IGP-M  |        |                       |
|---------|--------|--------|-----------------------|--------|--------|-----------------------|
|         | No Mês | No Ano | Acumulada em 12 Meses | No Mês | No Ano | Acumulada em 12 Meses |
| Dez./12 | 0,79   | 5,84   | 5,84                  | 0,68   | 7,81   | 7,81                  |
| Jan./13 | 0,86   | 0,86   | 6,15                  | 0,34   | 0,34   | 7,91                  |
| Fev./13 | 0,60   | 1,47   | 6,31                  | 0,29   | 0,63   | 8,29                  |
| Mar./13 | 0,47   | 1,94   | 6,59                  | 0,21   | 0,84   | 8,05                  |
| Abr./13 | 0,55   | 2,50   | 6,49                  | 0,15   | 0,99   | 7,30                  |
| Mai./13 | 0,37   | 2,88   | 6,50                  | 0,00   | 0,99   | 6,22                  |

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-abr./13

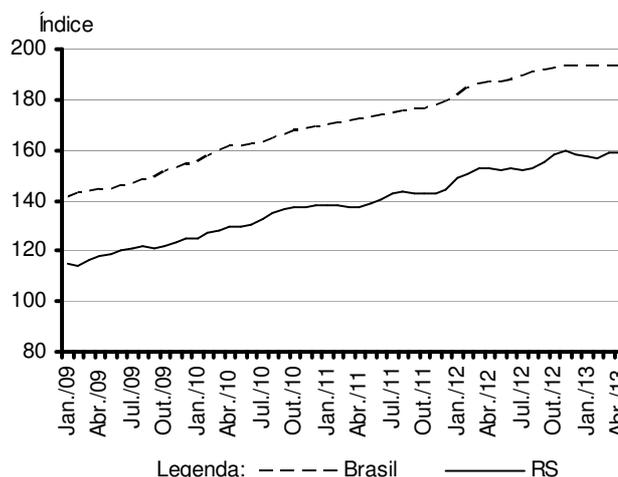


FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.  
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-abr./13



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.  
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — dez./12-maio/13

| INDICADORES SELECIONADOS                  | NO MÊS  |         |         |         |         |         | NO ANO (1) | EM 12 MESES (1) |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|---------|------------|-----------------|
|   | Dez./12 | Jan./13 | Fev./13 | Mar./13 | Abr./13 | Mai./13 |            |                 |
| Taxa de câmbio (US\$) (2) .....           | 2,08    | 2,03    | 1,97    | 1,98    | 2,00    | 2,03    | 2,00       | 2,03            |
| Taxa de câmbio efetiva real (3) .....     | 88,8    | 86,4    | 83,9    | 83,0    | 83,5    | 84,6    | 84,3       | 86,2            |
| Taxa básica de juros (% a.a.) (4) .....   | 7,25    | 7,25    | 7,25    | 7,25    | 7,50    | 8,00    | 7,45       | 7,54            |
| Superávit primário (% do PIB) .....       | -5,7    | -7,9    | 0,8     | -1,0    | -2,7    | -1,4    | -2,5       | -2,0            |
| Balança comercial (US\$ milhões) .....    | 2.246   | -4.039  | -1.278  | 161     | -995    | 759     | -5.392     | 7.761           |
| Exportações (US\$ milhões) .....          | 19.748  | 15.967  | 15.550  | 19.320  | 20.631  | 21.822  | 93.290     | 238.009         |
| Importações (US\$ milhões) .....          | -17.502 | -20.006 | -16.827 | -19.159 | -21.626 | -21.064 | -98.682    | -230.248        |
| Transações correntes (US\$ milhões) ..... | -8.406  | -11.367 | -6.615  | -6.873  | -8.318  | -6.420  | -39.592    | -72.972         |

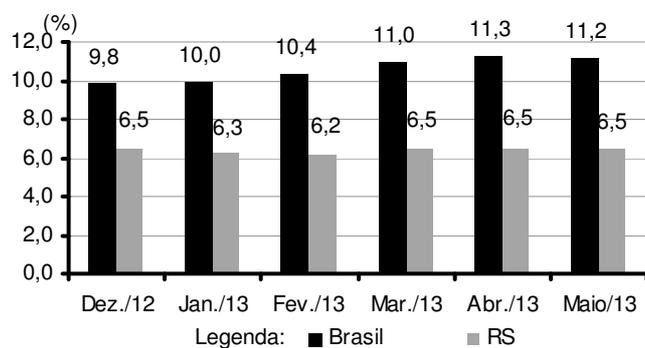
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

## Carta de Conjuntura - Ano 22 nº 07

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — dez./12-maio/13



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.  
2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-maio/13

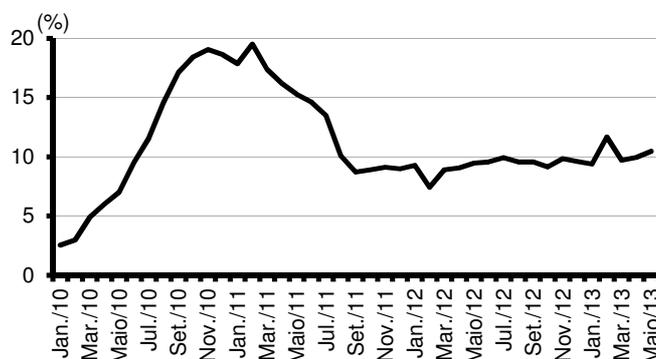


Tabela 3

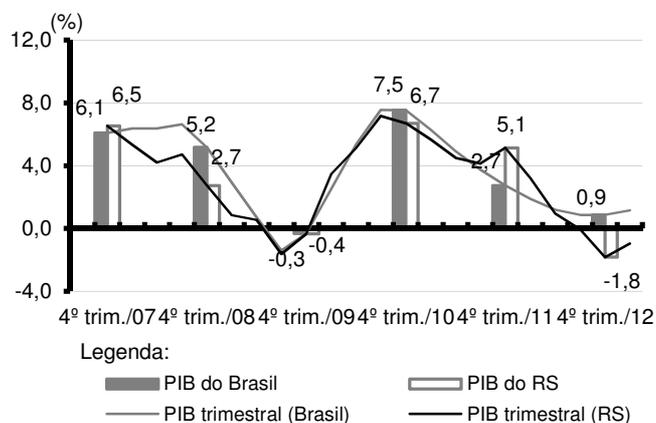
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — dez./12-maio/13

| MESES   | EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões) |         | PARTICIPAÇÃO RS/BR (%) | VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%) |        |        |        |       |        |
|---------|--|---------|------------------------|------------------------------|--------|--------|--------|-------|--------|
|         | RS   | Brasil  |                        | Valor                        |        | Volume |        | Preço |        |
|         |  |         |                        | RS                           | Brasil | RS     | Brasil | RS    | Brasil |
| Dez./12 | 17.386   | 242.580 | 7,2                    | -10,5                        | -5,3   | -11,1  | 1,0    | 0,8   | -5,7   |
| Jan./13 | 1.036  | 15.967  | 6,5                    | -6,1                         | -1,1   | -19,3  | 4,3    | 16,4  | -5,1   |
| Fev./13 | 2.118  | 31.516  | 6,7                    | -5,9                         | -7,8   | -18,0  | -5,2   | 14,7  | -2,7   |
| Mar./13 | 3.530  | 50.837  | 6,9                    | -4,3                         | -7,7   | -10,8  | -4,2   | 8,1   | -3,6   |
| Abr./13 | 5.262  | 70.403  | 7,5                    | 0,3                          | -4,3   | -0,3   | -0,3   | 2,7   | -4,0   |
| Mai/13  | 7.529  | 93.618  | 8,0                    | -1,5                         | -4,7   | 8,2    | -0,2   | -4,2  | -4,4   |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

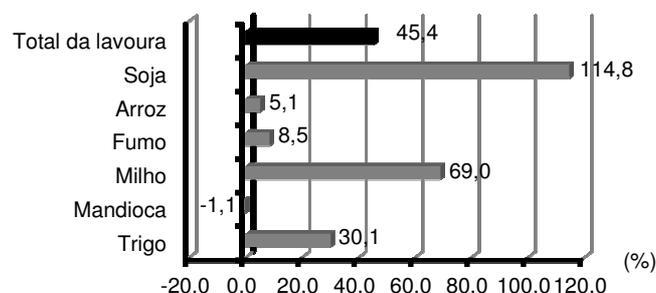
Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 4º trim./07-1º trim./13



FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — maio/13



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

## Emprego formal cresce 2,9% no RS, nos primeiros cinco meses do ano

Em maio de 2013, o emprego formal, interrompendo a trajetória ascendente dos primeiros meses do ano, registrou, de acordo com dados do MTE/Caged, a supressão de cerca de 2 mil postos de trabalho no Rio Grande do Sul, marcando uma relativa estabilidade em relação ao estoque do mês anterior. Ao final dos cinco primeiros meses do ano, houve crescimento de 2,93% no nível de emprego estadual, pelo acréscimo de, aproximadamente, 76 mil vagas, superando, em cerca de 42%, o avanço do mesmo período do ano anterior.

Quatro dos nove setores de atividade exibiram diminuição de contingente em maio. A agropecuária foi o que teve a maior retração, tanto em termos absolutos (-3 mil postos) como percentuais (-3,45%), seguida pelo comércio, com uma queda de 1,4 mil vagas (-0,24%). Na construção civil e na indústria de transformação, a perda foi bem menos significativa: 343 postos (-0,21%) no primeiro e 239 vagas (-0,03%) no outro.

A administração pública exibiu a maior taxa de crescimento (0,34%), ao passo que, em termos absolutos, destaca-se o setor serviços, com um incremento de 2,7 mil vagas (0,28%).

Ao se considerar o acumulado dos cinco primeiros meses do ano, apenas a agropecuária registrava diminuição de contingente (-0,84%). A indústria de transformação (38,4 mil) evidenciava o maior aumento de pessoal empregado, seguida, à distância, pelo setor serviços (26,6 mil), enquanto os demais setores registravam crescimentos bem menos expressivos (todos abaixo de 10 mil).

O resultado da indústria de transformação é especialmente alentador, sobretudo se o cotejarmos com os dados

de produção industrial, que apontam, para o Rio Grande do Sul, crescimento de 0,2% em abril, em relação ao mês anterior, descontados os efeitos sazonais — o 7º maior aumento dentre as Unidades da Federação —, e de 3% no acumulado do primeiro quadrimestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano anterior (Pesquisa Industrial Mensal - Regional do IBGE).

Saldo do emprego formal no RS — maio e jan.-maio/13

| SETORES   | VARIÇÃO MAIO  |              | VARIÇÃO JAN-MAIO |             |
|---|---------------|--------------|------------------|-------------|
|   | Absoluta      | % (1)        | Absoluta         | %           |
| Extrativa mineral .....                         | 21            | 0,30         | 56               | 0,82        |
| Indústria de transformação .....                | -239          | -0,03        | 38.452           | 5,24        |
| Serviços industriais de utilidade pública ..... | 10            | 0,04         | 338              | 1,29        |
| Construção civil .....                          | -343          | -0,21        | 7.443            | 4,89        |
| Comércio .....                                  | -1.405        | -0,24        | 2.903            | 0,49        |
| Serviços .....                                  | 2.675         | 0,28         | 26.605           | 2,81        |
| Administração pública                           | 187           | 0,34         | 1.004            | 1,83        |
| Agropecuária .....                              | -3.022        | -3,45        | -720             | -0,84       |
| <b>Total</b> .....                              | <b>-2.116</b> | <b>-0,08</b> | <b>76.081</b>    | <b>2,93</b> |

FONTE: MTE/Caged.

(1) Com base no estoque do mês anterior.

**Sheila S. Wagner Sternberg**  
Engenheira, Pesquisadora da FEE

## Perfil dos consumidores de cultura no RS

Diversos estudos têm sido divulgados na literatura de economia, introduzindo o papel fundamental da cultura para o desenvolvimento de uma região. A cultura fortalece as relações sociais e econômicas e amplia o conhecimento das pessoas. Para utilizar esse tipo de bem como fonte de desenvolvimento, cabe aos gestores de políticas públicas disseminar o seu consumo entre todas as camadas da população.

Com os microdados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE de 2008 a 2009, pode-se verificar o perfil dos consumidores de cultura do Rio Grande do Sul. A tabela mostra o perfil dos gaúchos que consumiram e não consumiram alguma forma de cultura no mês de referência. Na Pesquisa, consumir cultura significa despende alguma parte de seu orçamento nesse tipo de bem. Foram considerados bens culturais os seguintes itens: cinema, teatro, *show*, museu e circo. Segundo a Pesquisa, não existem diferenças de gênero no consumo de cultura, na medida em que a parcela de homens ou mulheres consumidores de cultura é semelhante à sua parcela na população. Já com relação às outras variáveis, os resultados indicam que os consumidores de cultura são, em média, mais jovens do que os não consumidores, tem 4,3 anos a mais de estudo, e sua renda *per capita* é, em média, 253% maior por unidade de consumo (UC). Ainda, para os consumidores de cultura, o gasto médio do mês de referência foi de R\$ 28,70. Por fim, apenas 3,53% da amostra de pessoas da pesquisa havia consumido algum tipo de bem cultural no mês de referência. Vale ressaltar,

no entanto, que esse valor é superior ao do Brasil, onde os consumidores de cultura representam apenas 3,15% da amostra.

Os resultados, portanto, sugerem que o consumo de cultura via gasto é concentrado em uma pequena parcela da população, com alto nível educacional e com renda superior, refletindo a desigualdade social do País. Essa análise evidencia também que as políticas culturais brasileiras de incentivo à oferta de bens culturais através da renúncia fiscal não têm se refletido no consumo de cultura de todas as camadas da população.

Perfil dos consumidores de cultura no RS — jun./08- maio/09

| VARIÁVEIS                                       | CONSUMIDORES | NÃO CONSUMIDORES |
|---|--------------|------------------|
| Média da idade .....                            | 36           | 39               |
| Anos médios de estudo                           | 12           | 7,7              |
| Renda <i>per capita</i> média da UC (R\$) ..... | 2.398,81     | 947,28           |
| Gasto médio com cultura (R\$) .....             | 28,70        | 0                |
| Percentual de pessoas na amostra .....          | 3,53         | 96,47            |

FONTE: POF (2008-09).

NOTA: Foram considerados na amostra apenas pessoas com 10 anos ou mais.

**Marcos Vinício Wink Junior**  
Economista, Pesquisador da FEE

## Os preços das *commodities* e a balança comercial brasileira em 2013

Os preços das *commodities*, com exceção dos cereais, têm apresentado tendência de queda em 2013. De dezembro de 2012 a maio de 2013, o índice geral de *commodities* do FMI recuou 2,0%, assim como o índice de petróleo, enquanto o de metais caiu 8,5%. O índice de alimentos apresentou elevação de 2,0% no mesmo período e alta de 7,6% em maio deste ano, quando comparado ao mesmo mês do ano anterior. Apesar disso, o índice de alimentos está 4,9% abaixo do pico atingido em abril de 2011 e 1,7% aquém do valor máximo de 2012, atingido no mês de agosto.

Em maio de 2013, em relação ao mesmo mês do ano passado, as quedas foram de 3,3% no índice geral, de 8,8% no índice de metais e de 4,7% no índice de petróleo. Os produtos em destaque, por seu comportamento negativo, são: o arroz, o açúcar, o café e o minério de ferro, com quedas de 9,9%, 15,1%, 14,4% e 9% respectivamente. Já os produtos com alta no período são: a soja, o trigo e o milho, com elevações de 4,1%, 20,7% e 9,9%, nessa ordem.

Dada a sensibilidade das contas externas brasileiras com relação ao comportamento desses preços, justifica-se a análise desse impacto. O déficit comercial acumulado de janeiro a abril de 2013 alcançou US\$ 6.151 milhões, enquanto, no mesmo período de 2012, houve um superávit de US\$ 3.299 milhões. Em 2013, no acumulado até abril, as exportações somaram US\$ 71.468 milhões, uma redução de 4,3% em relação ao mesmo período do anterior; e as importações, US\$ 77.619 milhões, uma elevação de 8,79%. Já no primeiro semestre de 2013, o déficit comercial é de US\$ 3.000 milhões, resultado das exportações acumuladas de US\$ 114.500 milhões e importações de US\$ 117.500 milhões. O déficit do semestre é inferior ao do quadrimestre, uma vez que, em maio e junho, foram alcançados superávits de US\$ 759 milhões e de US\$ 2.394 milhões respectivamente. Ou seja, o pior resultado ocorreu no primeiro quadrimestre, sendo janeiro o pior mês, com déficit comercial de US\$ 4.040 milhões.

Nos primeiros quatro meses de 2013, as exportações de produtos básicos caíram 4,8% em relação a igual período de 2012, enquanto as de produtos semimanufaturados ficaram estáveis. Já os artigos manufaturados tiveram resultado semelhante ao primeiro grupo. No que concerne aos preços das exportações, os preços de produtos básicos apresentaram elevação de 2,8%, ou seja, o movimento de retração de alguns preços das *commodities* ainda não se refletiu de forma consistente no comportamento dessa classe de produtos. Já os preços dos semimanufaturados tiveram queda de 9,6%, e os dos manufaturados caíram 3,7%. O índice de *quantum*

apresentou queda de 7,1% para o primeiro grupo, elevação de 11,1% para o segundo e retração de 1,3% para o último. Ao analisarem-se as exportações através das categorias de uso, o destaque negativo é a *performance* das vendas externas de combustíveis. Apesar da queda de 9,1% nos preços, a variação no *quantum* foi superior: -43,0%.

Sob a ótica das importações, destacam-se as compras externas de bens de consumo não duráveis, com elevação no valor das exportações de 12,5%, e as compras de combustíveis, com alta de 21,2% no *quantum*, arrefecida pela redução nos preços de 3,1%. Examinando-se somente a conta de combustíveis, o déficit é de US\$ 9.665 milhões, superior ao déficit da balança comercial. Se estivesse em equilíbrio, o resultado comercial seria um superávit de US\$ 3.514 milhões, superior ao resultado do primeiro quadrimestre de 2012.

Portanto, a queda nas vendas externas de combustíveis, somada ao aumento nas importações desse produto, explica a maior parcela do desempenho da balança comercial nos primeiros quatro meses de 2013. Algumas análises atribuem esse resultado ao crescimento no consumo de combustíveis no País, ou seja, parte da produção antes destinada ao exterior foi deslocada para suprir a demanda interna. Outro fator é a redução planejada da produção na Petrobras, devido à necessidade de atividades de manutenção em campos de exploração. É preciso lembrar a inclusão nas contas externas de 2013 de parte das importações realizadas em 2012 por causa de alterações na forma de registro na Receita Federal.

Em suma, a *performance*, em quantidade, tanto das importações quanto das exportações de combustíveis, parece ter tido o maior efeito no saldo negativo da balança comercial no primeiro quadrimestre de 2013. Apesar de a maior parte do desempenho da balança comercial brasileira ser atribuída a acontecimentos pontuais, a esperada perda de fôlego dos preços *commodities* ainda não afetou, de forma significativa, as contas externas. Por esse motivo, é preciso estar em alerta para a possibilidade de essa tendência de enfraquecimento nos preços de *commodities* continuar e, em algum momento, sensibilizar o valor das exportações. Nesse cenário, há a possibilidade de redução não somente no preço das exportações de produtos básicos, mas também de redução do *quantum* das vendas externas de manufaturados. Isto porque importantes países compradores desses produtos são predominantemente exportadores de *commodities*, principalmente os parceiros comerciais latino-americanos, os quais têm sua capacidade para importar influenciada pelo seu desempenho exportador.

Balança comercial brasileira — jan.-abr./13

| EXPORTAÇÕES                  | VALOR<br>(US\$<br>milhões) | Δ% JAN-ABR/13<br>JAN-ABR/12 |       |         | IMPORTAÇÕES                  | VALOR<br>(US\$<br>milhões) | Δ% JAN-ABR/13<br>JAN-ABR/12 |       |         |
|------------------------------|----------------------------|-----------------------------|-------|---------|------------------------------|----------------------------|-----------------------------|-------|---------|
|                              |                            | Valor                       | Preço | Quantum |                              |                            | Valor                       | Preço | Quantum |
| <b>Total</b> .....           | 71.468                     | -4,26                       | -1,60 | -2,41   | <b>Total</b> .....           | 77.619                     | 8,79                        | -1,79 | 10,94   |
| Bens de capital .....        | 5.127                      | -14,71                      | -2,07 | -12,59  | Bens de capital .....        | 12.067                     | 8,19                        | 0,48  | 7,47    |
| Bens intermediários .....    | 47.403                     | 3,74                        | -0,19 | 4,25    | Bens intermediários .....    | 40.019                     | 8,54                        | -1,61 | 10,54   |
| Bens de consumo duráveis     | 2.265                      | 13,27                       | 2,09  | 10,90   | Bens de consumo duráveis     | 3.919                      | -15,17                      | 0,06  | -15,16  |
| Bens de consumo não duráveis | 11.371                     | 6,24                        | -2,10 | 8,60    | Bens de consumo não duráveis | 6.627                      | 12,49                       | -5,25 | 18,49   |
| Combustíveis .....           | 5.303                      | -48,21                      | -9,06 | -43,00  | Combustíveis .....           | 14.986                     | 16,98                       | -3,11 | 21,21   |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Funcex (2013).

**Clarissa Black**  
Economista, Pesquisadora da FEE

## O espaço fiscal do alívio monetário

A despeito da elevação recente da taxa de juros, a Selic vem em uma trajetória de queda nos últimos anos. A principal referência para remuneração dos títulos públicos, que está em 8,0% a.a, tem em seu histórico um patamar de 45,0% a.a (no início de 1999) e uma média de 13,5% a.a nos últimos 10 anos. Particular queda se verifica desde agosto de 2011, período em que a taxa alcançava 12,5%.

O nível do juro no País possui influências diversas: no dinamismo da economia, na demanda, no investimento produtivo, na taxa de câmbio, nas decisões privadas, dentre outras. A taxa de juros impacta, ainda, o custo da dívida pública interna, por remunerar parcela significativa dos títulos públicos. Em assim sendo, o alívio monetário reduz as despesas públicas e abre espaço fiscal, ampliando a possibilidade de manejo das contas públicas, que apresentam relativa rigidez.

No referido mês de agosto de 2011, o Tesouro acumulava um gasto, em 12 meses, na ordem de R\$ 166 bilhões em juros nominais. Atingiu R\$ 190 bilhões em março de 2012 e caiu a R\$ 145 bilhões em março de 2013. Essa evolução representa uma folga de R\$ 46 bilhões em um ano. Importa ressaltar que houve essa queda na distância desses 12 meses, no mesmo tempo em que a dívida pública federal se elevou: passou de R\$ 1.855 bilhões para R\$ 1.940 bilhões. Assim, seu custo médio foi de 12,1% a.a. para 11,1% a.a.

O custo da dívida pública interna caiu, porém não na mesma magnitude da queda do juro. Esse descompasso de eventos se deve à variação da proporção dos títulos internos emitidos. Entre março de 2012 e março de 2013, os títulos pós-fixados em Selic (Letras Financeiras do Tesouro) passaram de 25,6% para 21,0%. Já os pré-fixados (Notas do Tesouro Nacional F e Letras do Tesouro Nacional) passaram de 37,1% para 39,9%. Os títulos atrelados à inflação (Notas do Tesouro Nacional C e B) passaram de 31,1% para 37,3%.

Estes últimos, além da inflação, possuem sua rentabilidade relacionada ao juro definido no momento da compra. Atualmente, são negociados a 4,0% adicionados pela variação do IPCA ou do IGP-M. Isso confere a eles um retorno maior do que as LFTs no período recente. Essa alteração elucida a mutação nas expectativas dos agentes em relação à queda do juro ocorrida e em relação às expectativas de inflação: os títulos pós-fixados foram preteridos. Por esse motivo, a queda da despesa em juros não foi tão acentuada, mas deve cair, em termos relativos, no decorrer dos próximos meses, dada a defasagem entre variação do juro e despesa em juros.

Os títulos públicos atrelados à Selic simbolizam um custo de oportunidade para os aplicadores. Eles são a referência máxima nas decisões empresariais, ou seja, um projeto de investimento busca sempre uma lucratividade maior do que a remuneração das aplicações em títulos públicos. A toda maneira, os gestores da dívida manejam os títulos para que a representatividade dos títulos pré-fixados seja menor, já que tal situação oportuniza maior previsibilidade com os gastos e restringe pressões do mercado financeiro para subir o juro em tempos de volumosos vencimentos.

Essa folga nas contas públicas, via juros, alterou a política fiscal. O Governo Federal, no entanto, não aumentou os gastos, restringidos pelo menor crescimento econômico, que, por sua vez, não permite a arrecadação aumentar tanto. Tampouco utilizou a folga para reduzir o estoque da dívida. Contudo efetuou uma série de desonerações, a maior parte delas objetivando a dinamização da atividade econômica, a redução de custos para as empresas, o aumento da competitividade dos produtos nacionais frente aos produtos importados e um freio na elevação de preços. Foram reduzidos impostos sobre automóveis, materiais de construção, transporte coletivo, bens de capital, energia elétrica, cesta básica, folha de pagamentos de setores sensíveis à concorrência externa, dentre outros. De acordo com o Ministro da Fazenda, a redução de impostos atingirá cerca de R\$ 70 bilhões em 2013 e R\$ 88 bilhões em 2014, valores mais elevados do que a redução do gasto com juros, portanto.

A dívida pública federal retratada é crescente em termos nominais, em que pese a queda em relação ao PIB, que passou de mais de 60% em 2002 para a faixa atual de 35% (2012). De toda sorte, o custo dela deve cair em relação ao estoque da dívida, a menos que a inflação dispare ou que o Bacen eleve significativamente o juro. A eventual queda não quer dizer que o gasto monetário venha a ser menor, embora tal situação se observe nos últimos meses. No lado fiscal, a renúncia foi superior à redução do gasto advinda do alívio monetário. Não existem garantias de que as desonerações sejam repassadas para os preços, de modo a ampliar a competitividade e aumentar a demanda, elas podem tão somente aumentar os lucros auferidos, e esses não serem reinvestidos na produção. Ainda assim, o afrouxamento monetário progresso e a redução tributária representam intentos de reativar o elevado crescimento econômico, perdido nos dois últimos anos.

**Róber Iturriet Avila**  
Economista, Pesquisador da FEE

**CARTA DE CONJUNTURA FEE** (elaborada com informações até 02.07.13).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Tiragem: 250 exemplares.

 **Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti  
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer  
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

**Conselho Editorial:** André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso, Míriam De Toni e Martinho Roberto Lazzari.

**Núcleo de Dados:** Rafael Bernardini Santos.

**Editoração:** Breno Camargo Serafini (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

**Fundação de Economia e Estatística**  
**Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre  
CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br